

*IDENTITY MATTERS: NOTAS PARA UMA (IN)DEFINIÇÃO DE
IDENTIDADE‘INGLESA’NO RELATO SOBRE A CONQUISTA
DE LISBOA (1147)*

Miguel Alarcão (FCSH-UNL/CETAPS)

À/em memória de Luís Krus (1954-2005)

Palavras prévias:

Quinze anos atrás, tivemos o grato prazer de convidar o Professor Doutor Luís Krus para participar no I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses (6-8 de Maio de 2001) organizado pela unidade de investigação antepassada do actual CETAPS. A resposta, afirmativa, traduzir-se-ia numa comunicação intitulada “Dom Gilberto, o bispo inglês de Afonso Henriques”.¹ Contudo, e apesar de diversas tentativas nesse sentido, não nos foi nunca possível recolher e publicar o respectivo texto; e a morte – a todos os títulos, prematura... – de Luís Krus terá inviabilizado, talvez para sempre, a localização do mesmo, como se depreende da sua não inclusão no volume de publicações e inéditos editado pelo Instituto de Estudos Medievais (Krus, 2011), do qual foi fundador e primeiro Director.

¹ Curiosamente, a chefia da diocese lisboeta, por Gilbert of Hastings, entre 1147/48 e 1162 (vejam-se, sobre este ponto, as notas aduzidas por José da Felicidade Alves in José Augusto de Oliveira, trad., 93, n.50, Aires A. Nascimento, ed., 173-174, n.201 e Charles Wendell David, ed., 178-180, n.5), é parcialmente contemporânea do único pontificado exercido por um Papa inglês (Adriano IV, 1154-1159), um aspecto merecedor de mais investigação por parte de historiadores e paleógrafos especialistas ou interessados nas relações diplomáticas afonsinas com a Santa Sé.

Esta nossa incursão por temáticas afins visa, pois, homenagear o Colega (mas sobretudo o Amigo) na passagem do 10º aniversário do seu desaparecimento físico.

I

Parece-me que a problematização da ‘identidade’ é a questão central dos estudos de cultura contemporâneos.² A palavra serve inúmeros propósitos de análise, quer se fale no texto literário, quer em outras manifestações e representações do cultural e do social. ‘Identidade’ masculina ou feminina, ‘identidade’ social com a classe ou grupo a que se ‘pertence’, ‘identidade’ étnica ou (...) religiosa – a palavra cobre um vasto espectro de *assumptions* sobre aquilo que é comum a vários sujeitos, ou ‘identifica’ como membros de um grupo, e os distingue de outros. (Faria 159)

Não sendo nosso objectivo retomar aqui, a propósito – ou a pretexto – de qualquer “universal” a que chamemos hoje “identidade”,³ as vetustas querelas medievais entre “nominalismo” e “realismo”, os filósofos e os linguistas saberão, melhor do que nós, testar a tese de que tal como a realidade precede a linguagem, os referentes antecedem os significantes que os nomeiam. A ser assim, é possível argumentar que, enquanto conceito e/ou objecto de estudo, a “identidade” de que nos fala Luísa Leal de Faria antecederá também, com esse ou outro nome, a atenção que os “estudos de cultura contemporâneos” merecidamente lhe dedicam.⁴ Até que ponto não será, pois,

² Chris Barker corrobora esta ideia, ao escrever: “The anti-essentialist conception of identities that understands them in terms of discursive constructs is the dominant strain of thinking in contemporary cultural studies.” (243)

³ Ainda segundo Barker, “identities are not things that exist; they have no essential or universal qualities. Rather, they are discursive constructions, (...), made, rather than found, by representations, notably language.” (*Ibidem* 11); “Identity is our creation. It is something always in process, a moving towards rather than an arrival.” (*Ibidem* 217), “(...) not a fixed thing that we possess, but a becoming.” (*Ibidem* 245) Esta componente dinâmica, em permanente devir, é também acentuada por John Storey, ao apresentar identidade “(...) not as something fixed and coherent, but as something constructed and always in a process of becoming, but never complete – as much about the future as the past. Most significantly of all, it is a concept (...) constituted in history and culture and not something inherited from nature. It is also a formulation in which the concept (...) itself is replaced by the concept of identities, that is, multiple and mobile identities.” (79)

⁴ A inexistência de um verbete próprio em *Keywords* (1976), de Raymond Williams (1924-1988), é um tanto surpreendente; em contrapartida, são inúmeros os pensadores, teorizadores e analistas de cultura, britânicos e não só, que, no âmbito, entre outros, dos estudos filosóficos, sociológicos e de cultura, têm vindo a reflectir e escrever sobre identidade(s), como, além dos citados na nota precedente, Paul Ricoeur

legítima uma leitura identitária do relato inglês anónimo sobre a conquista de Lisboa – o mais extenso de todos os produzidos⁵ e cuja importância é assinalada pelo Professor José Mattoso⁶ – com vista à determinação de possíveis sinais de uma identidade ‘inglesa’ em meados do séc. XII?⁷

Embora largamente dilucidadas, graças sobretudo aos estudos assinados por Rui de Azevedo e Harold V. Livermore,⁸ questões como as da autoria e datação do texto *De Expugnatione Lyxbonensi*⁹ merecem ainda uma rápida evocação. Socorrer-nos-emos aqui, para as edições/traduições portuguesas consultadas, dos paratextos de José da Felicidade Alves (in José Augusto de Oliveira, trad., 7-13) e Maria João V. Branco (in Aires A. Nascimento, ed., 9-51), bem como dos de Jonathan

(1913-2005), Stuart Hall (1932-2014), Elaine Showalter (1941-), Eli Hirsh (?-), Bellhooks (1952-), Judith Butler (1956-), etc.

⁵ Carta de Duodechino (ou Dudechino), padre de Lahnstein, a Cuno (ou Cuono), 4º abade do Mosteiro de Disibodenberg (versão latina in Pimenta, ed., I, 124-130); relatório anónimo atribuído ao colonense Vinando (versão latina in *ibidem* 131-132); e carta do flamengo Arnulfo a Milo (ou Milão), Bispo de Théroouanne (versão portuguesa in *ibidem* 133-140); pelas suas semelhanças, estes três textos compõem aquilo que Charles Wendell David (49) designou de “fonte teutónica”. Curiosamente, Théroouanne fica a pouco mais de 50 km de Boulogne-sur-Mer, de onde Stephen (1139-1154), o monarca inglês coevo da conquista de Lisboa, havia largado para tomar o trono de sua prima Matilda (ver *infra*, 11-12) e a auto-estrada que, a oriente, ladeia a cidade (A26) é ainda hoje conhecida como *Autoroute des Anglais*.

⁶ “O relato da conquista de Lisboa (...) pelo cruzado anglo-normando (...) é um dos documentos mais emblemáticos de toda a historiografia medieval relativa a Portugal. Quem o lê não pode deixar de ficar impressionado pelo contraste que o opõe a todas as fontes medievais portuguesas até hoje conhecidas. (...) Nenhuma fonte portuguesa permite uma reconstituição dos factos com um rigor comparável com o da conquista de Lisboa.” (*D. Afonso Henriques* 239)

⁷ Uma questão análoga é formulada por Maria João V. Branco, ao escrever: “Is it acceptable to apply the label ‘foreign or international relations’ to the complex process of inter-institutional relationships which united the men of power of that time [12th-13th centuries] in associations that involved tacit and explicit agreements of all kinds, without falling into the anachronism of trying to define them as something which in their time they never were? There is a total absence of appropriate terminology to describe how the men of the twelfth and thirteenth centuries conceived of this relationship and of its place in their thinking.”(231)

⁸ Agradecemos à Doutora Patricia Anne Odber de Baubeta (Universidade de Birmingham) o prontíssimo envio deste artigo em suporte electrónico.

⁹ Texto incluído no manuscrito 470 (fos. 125r-146r) da biblioteca do *Corpus Christi College*, Cambridge, referido por um tal Cooperem 1832 como “Expeditio francorum, anglorum et variarum nationum...” (*On Public Records*, I, 166), transcrito por N. E. Hamilton e publicado em 1861 (ou 1856?) como “Crucesignati [ou Concesignati?] anglici Epistola de Expugnatione et Olisiponis” em *Portugaliae Monumenta Historica – Scriptores* (391-405) e por William Stubbs em 1864-65, nas *Chronicles and Memorials of the Reign of Richard I* (cxlii-clxxxii). As datações e titulações dubitativamente colocadas entre parênteses são da responsabilidade de José da Felicidade Alves (7) e divergem das fornecidas por Charles Wendell David(48) e Maria João V. Branco (42, n.17).

Phillips (in Charles Wendell David, ed., xi-xxxiii) e do próprio David (in *ibidem* 3-51) para a sua congénere em língua inglesa, a única existente até à data. Tendo em conta a componente anglística da Revista e o desejo de não optar entre (as) duas traduções portuguesas, tomaremos aqui como fonte primária a edição bilingue (em latim e inglês), originalmente publicada pelo professor e investigador norte-americano C. W. David (1885-1984) em 1936 e reeditada em 2001.

No que toca à autoria de *De Expugnatione Lyxbonensi*,¹⁰ apenas identificável pela inicial “R”, estamos já muito longe da posição expressa, em meados dos anos 30, por José Augusto de Oliveira, ao notar: “ (...) o mistério continua a envolver, denso e pesado, essa velha figura da História, que se nos oculta e nos escapa dentro do mutismo esfingico duma consoante.” (Anónimo, *Conquista*, 1936, 167) De facto, graças à investigação desenvolvida sobretudo pelo Professor Harold Livermore, é hoje consensual a atribuição do texto ao padre ou presbítero Raul (Raol, em inglês),¹¹ capelão das forças anglo-normandas acampadas na zona ocidental do arrabalde (Monte Fragoso ou de S. Francisco) e chefiadas, entre outros,¹² por Hervey de Glanvill,¹³ membro de uma família influente de East Anglia e responsável pelos homens

¹⁰ Recorde-se que, ainda em 1935 (i.e., um ano antes do aparecimento da edição de David), H. A. R. Gibb apresenta Osberno como o autor (e não o receptor) do relato manuscrito (in Prestage, ed., 5 e 10). Na *Crónica do Cerco de Lisboa* (1989), de José Saramago (1922-2010), romance intertextualmente unido à reedição coetânea da tradução de José Augusto de Oliveira, pode ler-se: “(...) Osberno, entrado na imortalidade das letras graças ao cerco e tomada de Lisboa e às histórias que deles se contaram (...)” (39).

¹¹ Ao longo do tempo, a bibliografia disponível sobre a tomada de Lisboa e o relato em apreço tem-nos oferecido outros nomes possíveis, como Ranulf, Randolph, etc. Vale a pena evocar de novo, sobre este ponto, a inimitável prosa saramaguiana: “Quem é indubitavelmente estrangeiro (...) é aquele frade ruivo e sardento (...) a quem agora mesmo ouvimos chamar Rogeiro, mas que realmente tem por nome Roger, o que deixaria em aberto a questão de ser ele inglês ou normando, se não fosse ela despicienda para o assunto que nos ocupa. Avisara-o o bispo do Porto de que estivesse pronto para escrever, o que significa que veio Roger ou Rogeiro de cronista, como agora se evidencia ao sacar ele dos alforjes os materiais de escrita, só os estiletos e as tabuinhas, já que como menear da mula se derramaria a tinta e esparramaria a letra (...)” (191).

No tocante aos ermitões da Serra de Ossa contemporâneos do início da nacionalidade, escreve o cisterciense Frei António Brandão (1584-1637): “Passados alguns anos e correndo a fama da santa vida que faziam aqueles [sic] santos ermitões, se retirou à mesma serra um cavaleiro principal da milícia de Évora (...) e se dizia Fernão de Anes, o qual levou consigo um capelão chamado Rogeiro, de nação irlandês, e devia ser dos eclesiásticos que vieram na armada inglesa ao cerco de Lisboa.” (147)

¹² Simão (Simon) de Dover, comandante dos barcos de Kent, um tal André (Andrew), dos de Londres e Sahério (Saher) de Ar(s)chelle(s), de todos os restantes.

¹³ Nome também ocasionalmente grafado como Hervé, Herveo ou Herveu de Glanville, embora, por razões de uniformidade e coerência, utilizemos sempre as grafias adoptadas por C. W. David.

de Norfolk e Suffolk. Além da composição do relato, R(aul) teria construído uma pequena ermida ou capela no local de sepultamento dos cruzados ingleses,¹⁴ dedicando-a à Virgem Maria e doando-a posteriormente ao Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra e aos cônegos regrantes de Santo Agostinho nele residentes, conforme carta traduzida e transcrita na edição de Aires A. Nascimento (202-205). Quanto ao destinatário, “Osborne De Baldr.”, crê-se que teria sido Osberno (ou Osberto) de Bawdsey,¹⁵ possivelmente um religioso próximo da família Glanvill.

Em termos de datação, o texto constante do manuscrito de Cambridge será muito provavelmente uma cópia redigida na 2ª metade do século XII (Livermore 3), quiçá nas décadas de 1160 ou 1170 (Phillipsin Charles Wendell David, trad., xxi), a partir de um original que se perdeu, mas decerto contemporâneo da própria conquista de Lisboa, dada a inclusão de discursos proferidos por diferentes personalidades durante a campanha. Subsistem, no entanto, algumas dúvidas, como refere David na sua introdução:

On paleographical grounds the manuscript should (...) be assigned to the second half of the twelfth century, and more probably to the fourth quarter than to the third; but (...) the possibility that the manuscript is actually contemporary with the events which it records should perhaps be allowed, as should also the possibility that it belongs to the early years of the thirteenth century.(32)¹⁶

(...) the existing manuscript of *De expugnatione Lyxbonensi* is almost certainly not the original of a news letter written from Lisbon at the time of the siege, but a copy made at some later date (...). But if this be the case, where and under what circumstances was the text produced of which it is a copy? And is the text as it exists today substantially in the form in which it was originally written, or has it been subjected to a later revision? (*Ibidem* 36)

¹⁴ Na zona da actual Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, ao Chiado, muito próximo, portanto, do acampamento.

¹⁵ Povoação de Suffolk, situada ligeiramente a Nordeste do porto de Felixstowe.

¹⁶ Esta possibilidade de alargamento ao início do século XIII é também avançada por Rui de Azevedo, ao escrever, respaldado noutros especialistas: “ (...) parece-me dever renunciar-se definitivamente à hipótese de que o exemplar existente (...) seja o arquétipo elaborado em Lisboa em 1147. Não pode (...) haver dúvidas de que o Manuscrito está escrito numa letra de pequeno formato, usada em códices, muito vulgar em Inglaterra à volta de 1200, devendo a feitura deste não ser anterior a 1180 nem posterior a 1220.” (*Apud* José da Felicidade Alves in José Augusto de Oliveira, trad., 10)

A tradução que utilizamos, copiosamente anotada por C. W. David, surge enriquecida por um prefácio de Jonathan Phillips, um dos principais historiadores da mal sucedida 2ª Cruzada (1146-1148), marcada pela derrota cristã nas estradas de Damasco e na qual a tomada de Lisboa se integra,¹⁷ conforme nos recorda “um épico de outrora”, na expressão de Cesário Verde (1855-1886):

Lá do Germânico Álbis e do Reno
E da fria Bretanha conduzidos,
A destruir o povo Sarraceno
Muitos com tenção santa eram partidos.
Entrando a boca já do Tejo ameno,
Co arraial do grande Afonso unidos,
Cuja alta fama então subia aos céus,
Foi posto cerco aos muros Ulisseus.
(*Os Lusíadas*, III, estr. 58)

Em contexto peninsular ou ibérico, este duelo entre a Cruz e o Crescente enquadra-se, de facto, nas campanhas de reconquista dos territórios hispânicos ocupados pelos Mouros desde o séc. VIII (Guadalete, 711); e, no especificamente português, de expansão afonsina do reino,¹⁸ do Médio em direcção ao Baixo Tejo, apoiada pelo Papado (Eugénio III, 1145-1153),¹⁹ na ins-

¹⁷ “The only success which emerged from this otherwise disastrous crusade was an expedition in which the English played a prominent part” (Poole149) ou, na sugestiva imagem de Pedro Gomes Barbosa, “Do naufrágio que foi a Segunda Cruzada, esta acção militar [a conquista de Lisboa] foi a tábua que conseguiu flutuar” (82). O mesmo autor proferiu, sobre este tema, uma conferência integrada no I Curso “As Cruzadas”, organizado pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 18 de Fevereiro e 18 de Março do corrente ano.

¹⁸ “The conquest of Lisbon is an event of capital importance, not only in the history of Portugal, but in the history of the West. It ensured the survival of what had hitherto been an extended county, over which Afonso Henriques had assumed the title of Rex Portugalensium [sic] some seven years earlier. (...) It was perhaps the only positive achievement of the Second Crusade.” (Livermore 1) Páginas adiante, o insigne historiador reitera esta ideia, ao escrever: “Although the conquest of Lisbon was the most, if not the only, enduring achievement of the Second Crusade, the connection between the two undertakings remains insufficiently explored.” (*Ibidem* 8) Manda, porém, a verdade que se acrescente que este reparo perdeu actualidade face à edição eruditíssima de *De Expugnatione Lyxbonensi* por A. A. Nascimento, enriquecida pelo texto introdutório de Maria João V. Branco.

¹⁹ Tenham-se aqui em conta, adaptadas à balbuciente nação portuguesa, as palavras de Guy Hermet: “ (...) por um efeito (...) da sua táctica, que consistia em mostrar alguma complacência no fortalecimento dos pequenos reinos periféricos que bloqueavam a expansão do Santo Império, a Inglaterra e a França em particular, a Igreja contribuiu involuntariamente para a consolidação das primeiras monarquias em vias de seculari-

piração teocrática e nas prédicas de S. Bernardo, o abade cisterciense de Claraval (1090-1153), autor da célebre carta 308 a Afonso Henriques,²⁰ e nas então ainda recentes ordens militares, como nota Maria João Branco na sua introdução:

(...) no caso do rei português, a estratégia (...) basear-se-ia (...) na tentativa de alicerçar (...) um reconhecimento pontifício na prossecução (...) de uma luta de conquista bem sucedida, que serviria os interesses da monarquia nascente, porque lhe conferiria uma legitimidade inquestionável, e (...) os interesses do papado, que necessitava de afirmar a sua superioridade sobre os poderes temporais.

(...)

A guerra de conquista (...) iria ser a base em que se fundamentaria toda a acção diplomática (...), tendo em vista reclamar para Afonso Henriques o direito a ser reconhecido como rei, (...) por causa do inquestionável sinal do favor divino: a vitória ininterrupta sobre o infiel. Missão sagrada, apoio divino, direito ao território conquistado e à soberania sobre ele, por servir a Deus e (...) a Roma, como *miles Petri*.

(...)

durante os anos de 1136 a 1142, o esforço de fixação e conquista, apoiado pelos cavaleiros templários, é prodigamente recompensado com privilégios régios, cartas de protecção e forais e pela construção de uma linha de fortificações defensivas que protegiam a linha do Mondego e Coimbra, (...) Para que a segurança dessa linha pudesse ser mais estável, urgia prosseguir a conquista territorial para Sul e aplicar à linha do Tejo o mesmo tipo de estratégia que se aplicara à do Mondego. É nesse contexto que a tomada de Santarém e Lisboa (...) era tão vital para um rei que parecia traçar o seu percurso a régua e esquadro. (in Aires A. Nascimento, ed., 24-25 *passim*)²¹

zação (...). Em virtude da sua tolerância (...) que visava dividir para reinar, ajudou-os a temperar a força de uma legitimidade política extra-religiosa, por sua vez geradora de identidades pré-nacionais para as quais os soberanos agiram com método.

(...) é não menos razoável pensar, por outro lado, que as 'identidades de estado' dotadas de uma certa coerência tiveram mais oportunidade de se afirmar em países de tamanho pequeno ou médio do que em imensidades niveladas na aparência apenas por autoridades monolíticas." (29-30 *passim*)

²⁰ Sobre este documento e assunto, vejam-se, por exemplo, Oliveira, Livermore 9-12, Maria João Branco in Aires A. Nascimento, ed., 26-27 e Mattoso, *D. Afonso Henriques* 232-234.

²¹ A data do início do 'proto-reinado' (ou, pelo menos, da governação) de D. Afonso Henriques (1109-1185) poderá variar, consoante as fontes, entre 1128 (vitória do moço infante em S. Mamede sobre os partidários de D. Teresa), 1139 (ano da tão discutida ba-

ou, páginas adiante,

O feito surge indissoluvelmente ligado à luta do primeiro rei português para afirmar a soberania do seu domínio, interna e externamente, no aspecto político, material e simbólico. Reflete o conhecimento profundo e actualizado (...) das estratégias mais adequadas para alcançar algum eco político do esforço bélico com base no qual Afonso Henriques consolidara as suas pretensões (...) A construção do reino e do rei far-se-ia aliando a prática à teoria, (...) a conquista territorial no terreno à busca de um reconhecimento que (...) o legitimasse em termos mais perenes do que aqueles que decorriam (...) do sucesso militar de um *dux*. (in *ibidem* 35)²²

Com efeito, no quadro ideológico subjacente à teorização e formulação doutrinárias de “guerras justas” e das “guerras santas” – as *jihads* cristãs? –, “ (...) fighting in the península could be a part of the journey to the earthly Jerusalem, and perhaps, in an allegorical sense, to the heavenly one as well.” (Phillips in Charles Wendell David, ed., xv) Dito de outro modo: se bem que num plano e numa escala mais geográfico-espacialmente circunscritos, as campanhas peninsulares e portuguesas poderiam assumir-se e funcionar, *mutatis mutandis*, como algo equivalente ao resgate dos lugares sagrados ainda hoje disputados pelas três grandes religiões monoteístas; mais precisamente, dessa Jerusalém terrestre que alguns exercícios medievais, mais ou menos fantasiosos, de ‘cartografia teocêntrica’ tendiam a colocar no coração do mundo.²³ Não surpreendem, assim, dos pontos de vista substancial e formal, a carga e a força argumentativas, oratórias e retóricas subjacentes à defesa da “guerra justa” e da “guerra santa” no sermão/discurso – um dos vários que integram *De Expugnatione Lyxbonensi* – proferido por D. Pedro Pitões, Bispo do Porto, perante as muitas e desvairadas

talha de Ourique) ou 1143 (data do reconhecimento efectivo de Afonso Henriques como rei, pelo seu primo Afonso VII, no tratado de Zamora); o reconhecimento papal viria apenas em 1179, através da bula *Manifestis Probatum*, emitida por Alexandre III (1159-1181). Esta matéria transcende em muito o nosso âmbito e objectivo, mas consultem-se, por exemplo, Marques 64-67, Serrão 81 e 85-86 e Mattoso, *História* 57-58 e 62-64.

²² No dizer da historiadora, “Na verdade, o auxílio dos cruzados servia uma dupla finalidade: fornecia os contingentes de homens necessários e aproximava ainda mais a guerra de reconquista à guerra santa de Cruzada, acrescentando, com isso, (...) tonalidades à imagem do rei português que ia sendo veiculada para Roma, conforme ao modelo (...) que se estabelecera ao tentar fazer depender o rei e o reino da soberania da Santa Sé e da autoridade divina.” (in Aires A. Nascimento, ed., 25-26)

²³ Cf., por exemplo, o mapa que integra um saltério do início do século XIII, depositado na *British Library* e reproduzido in Loyn, ed., página não numerada.

gentes recém-chegadas à urbe da qual houve nome Portugal:

(...) by God's inspiration you are bearing the arms [of righteousness] by means of which murderers and robbers are condemned, thefts are prevented, acts of adultery are punished, the impious perish from the earth (...). Therefore, brothers, take courage with these arms, (...) either to defend the fatherland in war against barbarians or to ward off enemies at home, or to defend comrades from robbers; for such courage is full of righteousness. Indeed, such works of vengeance are duties which righteous men perform with a good conscience. Brothers, be not afraid. For in acts of this sort you will not be censured for murder or taxed with any crime; (...) 'Indeed, there is no cruelty where piety towards God is concerned.' Engage in a just war with the zeal of righteousness, not with the bile of wrath. 'For a war is just,' says our Isidore, 'which is waged after a declaration, to recover property or to repulse enemies'; and since it is just to punish murderers and sacrilegious men and poisoners, the shedding of their blood is not murder. Likewise he is not cruel who slays the cruel. And he who puts wicked men to death is a servant of the Lord, for the reason that they are wicked and there is ground for killing them. (David, ed., 81)

Como nota Maria João Branco,

No (...) discurso, traduzido nas diversas línguas vernáculas (...), descobre-se um conhecimento profundo e preciso de toda a teoria da guerra santa tal como ele enformara a obra de Ivo de Chartres e o *Decretum* de Graciano, revelando nisso (...) não só contacto (...) com os meios culturais franceses (...), mas a consciência de que a mensagem a transmitir (...) não deveria ser a da Reconquista peninsular, provavelmente sem qualquer ressonância nas suas consciências de homens do Norte, mas sim um apelo a despertar neles o estímulo (...) do incitamento à guerra santa e à cruzada. (in Aires A. Nascimento, ed., 36)

Além da já referida existência de outros relatos estrangeiros (Cf. *supra*, n.5), cujo confronto com *De Expugnatione Lyxbonensi* evidentemente se justifica (vejam-se, por exemplo, Barbosa 82-87 e Mota 43-49),²⁴ é possível colher informações colaterais

²⁴ Para João Paulo Mota, " (...) o cruzado R(aul) viu de uma forma muito diferente esse confronto entre mouros e cristãos. Deparamos com um autor atento à organização da expedição, à convivência entre os cruzados, às diferentes motivações e sentimentos

de outras fontes de extensão e fidedignidade variáveis, como o *Indiculum foundationis Monasterii Beati [ou Sancti] Vincentii Ulixbone*,²⁵ a *Chronica Gothorum*²⁶ e a *Historia Anglorum*, de Henry of Huntingdon (c.1088-1150s?), 'editada' por volta de 1129 e 'reeditada' c. de 1139 (i.e., contemporânea do recontro de S. Mamede, da tomada afonsina da governação do Condado Portucalense e da batalha de Ourique). É, aliás, da *Historia Anglorum* que, dadas as origens anglo-normandas do autor, transcrevemos o seguinte excerto:

Meanwhile a naval force that was made up of ordinary, rather than powerful, men, and was not supported by any great leader, except Almighty God, prospered (...), because they set out in humility. For although few, they had God's help in their battles, and thus captured from the many a city in Spain [sic] which is called Lisbon, (...). Truly, 'God resists the proud, but gives grace to the humble'. (...) no host had been able to withstand the poor men of

suscitados por esta guerra, que procurou justificar e inserir na doutrina da guerra santa (...), valorizando a conquista da cidade não só numa perspectiva guerreira, mas também religiosa, política e simbólica." (*Ibidem* 49)

²⁵ Parcialmente traduzido e publicado como "Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente" in Pimenta, ed., I, 141-146; transcrição latina e tradução portuguesa in Aires A. Nascimento, ed., 178-201. A título ilustrativo, reproduzimos aqui duas passagens:

"E foy fama e voz per toda a terra que el rey dõ Afõso de portugaliazia sobre Lixboa: e que cada dia cõ as cõpanhas dos christãos que cõ el estauã: fazia grãdes batalhas cõ os mouros. Entõ os christãos do senhorio de Frãça e de Bretanha: e de Quitania: e as nações dos Theutonicos: vendo elles que era grade seruiço de d's: e saluaçã das almas dos christãos: o que el rey dom Afonso de Portugal fazia: ouuerõlheenucia: e quiserõ ser participantes em tal guerra como esta: porque tal enuecia como dito he: cabe em d's que heuecia de se auerdacrecentar o seu seruiço. Entõ cada hua destas nações de getes: se aparelharõ com muytas naues que ouuerõ: e vierõ todos iuntamete a Lixboa cõ grades cõpanhasbe armadas: e prestes pera batalhar: e deseiauumuyto de auer vitoria dos emigos da santa fe catholica: e levantar o nome e voz da payxom do nosso senhor Jesu Christo: e dar sangue por amor de Jesu Christo. (...) Despõys que el rey ouue estas nouas que ditas som: logo sem outra detardança começou de cõbatercõ suas gentes: (...) tão fortemente e com tanta deuaçõ chamando Jesu Christo: e Santiago: que per força dar-mas com ajuda de deos ouuerom de romper os muros e entrar per força a dita cidade. E matarom na etrada tantas cõpanhas de mouros: que os rios do sangue corriã pellas praças da dita cidade." (Pimenta, ed., I, 143-144) e "Tinha [D. Afonso Henriques] na sua companhia um punhado de homens fortes e seleccionados, que o Senhor lhe enviou em auxílio e que, abrasados no seu zelo, chegavam, vindos de diversas regiões do Norte, (...) atendo-se cada qual, no entanto, à sua gente e à sua língua.

Assim, (...) os ingleses e a restante gente da Bretanha e da Aquitânia assentam arraiais nos subúrbios a ocidente da cidade, depois de escorraçarem de lá os pagãos." (Aires A. Nascimento, ed., 179-181)

²⁶ Parcialmente transcrita e publicada em latim como "História dos Godos" in Pimenta, ed., I, 22-47.

whom I spoke above, and the large forces who attacked them were reduced to weakness. The greater part of them had come from England. (Henry of Huntingdon 86)

Apesar de sucinto, este depoimento deverá recordar-nos que “the usefulness of English sources for Portuguese historians should not be underestimated, nor should we overlook relevant documents housed in official English archives.” (Oder de Baubeta 201) Porém, a ‘utilidade’ e a ‘relevância’ de que nos fala a académica escocesa aplicam-se também no plano interno, pois, como lembra H. A. R. Gibb, “His [Osbern’s; sic] narrative (...) has the further interest for us of being the first known work dealing with the Crusades by an English writer.” (in Prestage, ed., 10) e “(...) the capture of Lisbon was probably the decisive event in the creation of the kingdom, and we do well to recall (...) the share of our countrymen in this half-forgotten exploit (...)” (*Ibidem* 22)²⁷ Cabe, pois, acrescentar que as traduções/edições de C. W. David (1936) e J. Augusto de Oliveira (1935) constituem, respectiva e merecidamente, os itens 1 e 2 da exposição “Lisbon and the English”, patente ao público no Instituto Britânico entre 10 e 23 de Maio de 1947.²⁸ Desse mesmo ano data também o seguinte testemunho:

Lusitanos, romanos, bárbaros, berberes, quantos passam ou se demoram, continuam. – A História é esta continuidade, o encontro de todos na mesma tarefa, a cooperação das raças, das religiões, das gerações sucessivas.

Na terra, soterrados ou visíveis, perduram documentos, ruínas. No sangue, no património dos espíritos, tudo se conserva.
(...)

Escrevo estas páginas na hora em que se preparam as comemorações do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros.

²⁷ Segundo Luiz Vieira de Castro, que transcreve, por sua vez, Pedro de Azevedo, “ (...) desde as primeiras horas andam ligados à nossa história os povos do norte da Europa que costeavam a parte ocidental da península hispânica e que esse contacto habituou os portugalenses a ver nos normandos, nos cruzados e, finalmente, nos ingleses, aliados naturais que lhes aumentavam o território e lhes mantinham a independência.” (31-32). Curiosamente, esta obra é dedicada em francês a um contemporâneo de Afonso Henriques: Thomas Becket (1117-1170), Chanceler e Arcebispo de Canterbury no reinado de Henry II (1154-1189).

²⁸ E descrita no respectivo catálogo como “An exhibition of books, pictures and historical documents relating to the English connection with Lisbon. This exhibition has been organized by the Lisbon branch of the English Historical Association and the British Institute, and associates these two bodies with the centenary celebrations of the taking of Lisbon from the Moors.”(Anónimo s.p.)

(...)

Um pensamento construtivo me determina: – afirmar para lá da continuidade que faz a história na permanente cooperação dos homens através do tempo, – a minha certeza do sentido humano, criador, generoso que (...) já orientava, ao surgir a Nacionalidade, os chefes que ajudavam a sua eclosão. (Casimiro 13-14)

Mais recentemente, ultrapassados que estão os investimentos e as apropriações, representações e celebrações de datas como 1139, 1140, 1143 e 1147 por parte do Estado Novo, Maria João Branco viria, entre balanços e perspectivas, a traçar o seguinte ponto de situação:

It is (...) quite difficult to find, for this period [12th-13thcenturies], studies that devote themselves exclusively to bilateral relations between Portugal and other realms, although some papers sporadically address the topic, where the settlement of agreements or peace pacts and the circulation of nobles among peninsular courts is the primary focus. An exception to this void is the conquest of Lisbon, which has aroused (...) far more interest than other themes, (...) as well as the correlated universe of the Portuguese reconquest, a case in which the multitude of foreign participators and the contribution of the Crusaders has already opened doors to research in which the collaboration of these men is obvious and enlightening and where some pioneering work is currently in progress. (Branco e Farelo 243-244 e n.38)

Parte importante das investigações em curso (ou a fazer) passaria também, em nossa opinião, por mais estudos e análises filológico-textuais comparativos, tendo em mente a eventual reconstituição de modelos discursivos e tradições oratório-retóricas e dos seus respectivos meios e circuitos de difusão no Ocidente medieval. Comparem-se, a título de exemplo, a fala atribuída pelo abade cisterciense Ailred of Rievaulx (c. 1155-57) a Walter Espec, na batalha do estandarte (*Battle of the Standard*, 1138),²⁹ e, escassos nove anos mais tarde, a resposta do velho

²⁹ "(...) why should we despair of victory, when victory has been given to our race, as if in fee, by the Almighty? Did not our ancestors invade a very large part of Gaul with a small force and erase the very name of Gaul from it with their people? How often did the Frankish army flee before them? How often did they snatch victory, even against great odds, from the man of Maine, Anjou or Aquitaine? And as for this island which once upon a time the most glorious Julius won after (...) great slaughter of his men, (...) our fathers and we ourselves have conquered it(.), have imposed our laws upon it, and disposed of it at our will. We have seen (...) the King of France and his whole army

mouro lisboeta a D. João Peculiar (1100?-1175), Arcebispo de Braga:

How many times (...) have you come [hither] with pilgrims and barbarians to subdue us and drive us hence? (...) But get you hence, for entry into the city lies not open to you except through trial of the sword. For your threats and the tumults of barbarians (...) are not highly valued among us. (David, ed., 121-123)

Ao qual, por sua vez, responde de novo a vática voz:

Que cidade tão forte porventura
Haverá que resista, se Lisboa
Não pôde resistir à força dura
Da gente cuja fama tanto voa?
(*Os Lusíadas*, III, estr. 58, vv. 1-4)

II

É, pois, chegado o momento de nos centrarmos na tradução/edição em inglês de *De Expugnatione Lyxbonensi*, a partir da qual procuraremos propor algumas notas identitárias, parcialmente apoiadas em termos e conceitos tributários dos estudos de cultura. Antes, porém, impõe-se um brevíssimo enquadramento histórico, tendo em conta uma delimitação do período anglo-normando entre 1066 e 1154.

Com efeito, a tomada afonsina de Lisboa (1147) tem lugar cerca de oitenta anos após a conquista guilhermina de Inglaterra (1066) e apenas sessenta sobre a morte de William I (1087), cujas disposições testamentárias, de acordo com as práticas sucessórias normandas, ditariam a divisão, respectivamente, dos patrimónios territoriais herdado e conquistado entre o primogénito – Robert Curthose (1054?-1134), receptor do ducado da Normandia – e o segundo filho (William II ou *Rufus*, 1087-1100, rei de Inglaterra). Como se compreenderá, o testamento do Conquistador viria desestabilizar profundamente os sentimentos de lealdade vassálico-feudal de uma recentíssima classe baronial de aquém- e além-Mancha, marcando a agenda

turn their backs upon us (...) Who has conquered Apulia, Sicily and Calabria but your Norman? (...) Who, therefore, would not laugh, rather than be afraid, when against men such as these, the vile Scot comes rushing into battle with his half-naked natives?" (*Apud Davis* 66-67)

político-militar dos reinados de *Rufus* e de Henry I (1110-1135) e, a bem dizer, as problemáticas sucessões de todos os monarcas da 1ª dinastia, incluindo a de Henry pelo seu sobrinho Stephen (1135-1154), em detrimento dos herdeiros indigitados e presuntivos (Matilda e Geoffrey, Condes de Anjou).³⁰

No decurso deste último reinado – contemporâneo das primeiras conquistas afonsinas e da consequente expansão do reino de Portugal –, existem dois factos importantes a sublinhar: desde logo, a disputa do trono entre Stephen e a sua prima Matilda, particularmente acesa no período 1139-1147/8, que terá certamente aguçado a destreza bélica anglo-normanda e que D. Afonso Henriques ganharia, portanto, em arregimentar, se possível, para a causa da reconquista portuguesa. Paralelamente, em 1144, o ducado da Normandia, outrora conquistado por Henry I a Robert Curthose em Tinchebrai (1106), é tomado de Stephen pelos condes de Anjou (Poole, 1951: 160-161), regressando à posse da Coroa inglesa após a subida ao trono do filho de ambos (Henry II).

Por todos estes motivos, e embora a 1ª metade do séc. XII possa ter caminhado nessa direcção, seria pouco credível esperar que este relativamente curto, mas acidentado, espaço de tempo histórico assistisse à instauração e consagração **plenas** de uma identidade nacional ‘inglesa’, não tomando este termo numa acepção ainda retrospectiva e parcelar (i.e., como equivalente ou sinónimo dos anglo-saxões derrotados em Hastings), mas já prospectiva e transversal a anglo-saxões e normandos.³¹ Com efeito, tendo em conta a natureza e a estrutura oligárquicas do poder social e político implantado em Inglaterra em 1066 e tipificado na tese do jugo normando, a eventual gestação, em apenas oitenta anos, de uma identidade anglo-normanda, razoavelmente coesa, harmoniosa e socialmente igualitária, afigurar-se-nos-ia já, com algum optimismo, a melhor *via media* possível...Era, aliás, para essa comunhão ou fusão que apontava, se bem que com evidente tacticismo, o preâmbulo da Carta de Coroação, outorgada por Henry I em 1100, na velha ‘capital’ do histórico, mas também mítico, rei saxão, Alfred de Wessex (871-899).³² Assim se explicam talvez algumas avaliações globais do

³⁰ Respectivamente filha e genro de Henry I, primos de Stephen e pais do futuro Henry II.

³¹ Para já não falar dos angevinos, cuja ascensão ao trono (1154, como se disse) é posterior em escassos sete anos à empresa de Lisboa (1147).

³² “Henrique, **rei dos Ingleses**, saúda de Winchester (...) todos os barões e fiéis súbditos seus **tanto de origem francesa como inglesa**.” (*Apud* Carvalho219; negritos nossos) Para acesso a uma introdução, tradução e a notas em português, acompanha-

reinado de Henry, ele próprio esposo de uma descendente da antiga casa real saxónica (justamente a de Wessex)³³ e o único dos filhos do Conquistador a nascer em Inglaterra:

He [Henry I] had reunited the Anglo-Norman state, kept the peace in England, successfully defended his (...) frontiers, and instituted notable administrative advances. A perceptive (...) scholar [Richard Southern, 1912-2001] speaks of the reign in these words: 'Looking to the future, it is here, we feel that the history of **England** begins – a history which is **neither that of the Norman conquerors, nor that of the Anglo-Saxons, but a new creation.** (Hollister 144)

Em capítulo intitulado “When was England England?”, o historiador, jornalista e documentarista Michael Wood problematiza:

‘The Making of England’ is a very old-fashioned idea these days, something that seems to belong in the books of Winston Churchill and Arthur Bryant. But it is worth a fresh look, especially now that the Scots and Welsh are poised to go their own way, and the English find themselves in need of a new history, not as Britons, but as English. When was England? (104)

Para, logo adiante, concluir:

The Anglo-Saxons created England; the Normans and their successors attempted to create Great Britain, not succeeding half so well, despite their long attempts to dominate the cultures and societies of Ireland, Wales and Scotland. (...) It was the Normans who tried to subdue the whole island, and their failure has finally been acknowledged in the late twentieth century. England, on the other hand, is the creation of the Old English. (*Ibidem* 105)

Numa época de uma ainda muito relativa (in)definição de ‘nações’, no sentido moderno do termo³⁴ – e, por extensão, de

das da transcrição do original em latim, cf. *ibidem* 211-229.

³³ Edith Matilda, filha do rei escocês Malcolm III ou Malcolm Canmore (1058-1093) e de St. Margarete, bisneta, pelo lado materno, de Edmund Ironside (1016).

³⁴ Segundo Guy Hermet, “Embora o uso do termo nação, na sua acepção medieval, tenha sido frequente até ao século XVII, não designou durante muito tempo senão a origem de um grupo estrangeiro amalgamado pela população em que se inseria. (...)”

A designação de si mesmo não veio completar a noção de simples alteridade senão mais tarde, quando as sociedades reunidas ou não sob a mesma coroa (...) tomaram

identidades ‘nacionais’ e proto-sentidos de ‘Estado’ que o mundo feudal tanto poderia retardar quanto favorecer, como lembram, entre outros, Carl Stephenson,³⁵ F. L. Ganshof³⁶ e Guy Hermet³⁷ – , esperar-se-ia que outras formas gregárias de identidade pudessem sobressair e afirmar-se: por exemplo, além das sociais, de classe ou de grupo, das étnicas, religiosas, etc., referidas por Luísa Leal de Faria no excerto inaugural (cf. *supra*, 1-2), uma identidade cruzadística, simultaneamente militar e cristã, na qual todas as outras se subsumissem ou diluíssem em nome de

confusamente consciência do seu destino partilhado. No entanto, (...) esta consciência (...) pouco tinha a ver com a ideia moderna de nação e menos ainda com o nacionalismo. Inicialmente, as nações medievais designavam comunidades expatriadas. Depois, identificaram (...) grupos humanos particulares no seio da Europa, cada vez mais frequentemente ligados a uma determinada coroa e possuindo uma certa capacidade (...) de imaginar raízes comuns em relação a um passado mitificado.” (52) M. T. Clanchy recorda-nos também que “A ‘nation’ meant a kindred group and hence by extension it was applied to the people of each distinctive country; for example, students at medieval universities were divided into nations for mutual protection.” (242)

³⁵ “Feudalism, it is often asserted, was politically baneful in that it necessarily led to the disintegration of the state. But this opinion seems to have originated with historians who restricted their attention to the Carolingian Empire and the major kingdoms into which it was broken. (...) If we turn from them to the French duchies of the tenth and eleventh centuries, we gain a very different impression. (...) We may therefore conclude that the feudal state, one whose government largely depended on feudal tenure, had to be small because such tenure presupposed a close personal relationship between a lord and his vassals.” (*Medieval Feudalism*, 75-76; cf. também *ibidem*, 84-86 e, numa perspectiva mais orientada para o caso inglês, *idem*, “Feudalism and its Antecedents in England”)

³⁶ “A evolução das relações entre o Estado e o feudalismo na Inglaterra apresenta características muito particulares; (...) O feudalismo inglês é uma criação da conquista normanda de 1066; as relações feudovassálicas que existiam no ducado da Normandia foram introduzidas na Inglaterra por Guilherme-o-Conquistador e ampliadas pelos seus sucessores (...) de forma a servir os interesses da realeza. (...) as instituições feudovassálicas não foram necessariamente [sic] um factor de desagregação do Estado; (...) Havia no direito feudal elementos que permitiam o desenvolvimento da autoridade real. A realeza inglesa e a realeza francesa conseguiram utilizá-los; (...)” (215-218 *passim*)

³⁷ “(...) uma sociedade legitimamente organizada na fragmentação feudal e nos seus interstícios urbanos ou eclesiásticos, preexiste nesta parte da Europa [ocidental] ao desenvolvimento dos Estados monárquicos centralizadores. (...) Seria abusivo estabelecer uma ligação entre este ímpeto libertador das sociedades ocidentais e a emergência de identidades políticas à envergadura de um país. Pode até dar-se o caso de o haver retardado, reforçando antes as liberdades e solidariedades locais, (...). Em compensação, não há dúvida de que a antiguidade da componente cívica do sentido nacional na Europa Ocidental deve muito a esta origem medieval (...)” (31). Algumas páginas adiante, num subcapítulo com o sugestivo título de “Identidades sem território”, o mesmo autor acrescenta: “Sem dúvida que as obrigações de fidelidade política medievais eram desprovidas dos atributos de cidadania das nacionalidades modernas. Mas (...) é preciso perguntar se elas não se situam, apesar dessa ausência, na continuidade dos planos de construção de Estados que fragmentaram para se apropriarem da noção de soberania, até então monopolizada pela memória de um Império Romano de pretensão universal.” (*Ibidem* 39-40)

um ideal maior do que todos os reinos deste mundo. Talvez por isso, como nota Jonathan Phillips,

(...) the notion of unity – a vital element in the crusaders’ success – is consistently expressed. (...) References to unity pervade the text, arising whenever tensions between the various contingents threatened the crusaders’ military strength and moral force. In demonstrating these points, Raol also revealed his strong allegiance to the Anglo-Normans and highlighted their powerful sense of group identity as distinct from the Flemings and the Rhinelanders. His frequent antipathy toward the latter groups was based on their alleged greed and duplicity (...), which might have provoked a split in the crusaders’ unity. Raol’s hostility might also have reflected regional rivalries from northern Europe. (in David, ed., xxii-xxiii)

Dentro, porém, do grupo anglo-normando, C. W. David, citando outro autor, alude a uma aparente maior identificação de “R.” com o campo normando (40), o que parece efectivamente apontar para o cenário acima esboçado: o de uma ainda incompleta harmonização ou homogeneização dos dois povos – ou das “duas nações”, tomando de empréstimo a famosa expressão vitoriana – numa “comunidade imaginada” inglesa, sob uma identidade nacional partilhada e reconhecidamente comum.³⁸ Já sem introduzir nesta complexa equação étnico-histórica um outro factor ou uma outra variável: o(a) francês(esa)... Algumas transcrições ajudar-nos-ão a ilustrar um pouco melhor esta caledoscópica realidade:

³⁸ Tendo em mente possíveis aplicações críticas aos passos seleccionados (ver *infra*, 17ss), recordem-se aqui as “(...) duas definições provisórias e bastante rudimentares (...)” do conceito de nação avançadas pelo sociopolitólogo Ernest Gellner (1925-1995): “1. Dois homens pertencem à mesma nação se e só se partilharem a mesma cultura, a qual representa (...) um sistema de ideias, signos e associações, bem como modos de comportamento e comunicação; 2. Dois homens pertencem à mesma nação se e só se se *reconhecem* como pertencentes a uma mesma nação. Por outras palavras, *as nações fazem o homem*. As nações são os artefactos das convicções, lealdades e solidariedades do homem. Uma simples categoria de indivíduos (por exemplo, os habitantes de um dado território ou os que falam uma determinada língua) transforma-se numa nação se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros determinados direitos e deveres mútuos em virtude da qualidade comum de membros dela. É esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo, que os transforma numa nação, e não os outros atributos comuns, quaisquer que eles sejam, que distinguem essa categoria dos que não são membros dela.” (19-20)

In the Bayeux Tapestry, the invaders are not described as 'Normans' but as 'Franci', that is 'Franks' or 'Frenchmen'. Similarly the Anglo-Saxon Chronicle describes them as 'Frencyscan'. In its account of the events of 1066 King Harold defeated the Normans (the 'Normen', that is, the Norwegians) at Stamford Bridge, before (...) being killed by the French at Hastings. Similarly the Norman kings of England (...) addressed their people in charters as 'French and English' and not as 'Normans and English'. These usages raise doubts about **the cohesion of Norman identity** (...). The solution lies in the relative position of the observer. The Normans were generally described as Frenchman in England to distinguish them from the Northmen and because they came from France (Francia). Furthermore a fair number of the 'French' who fought at Hastings were not Normans anyway, but men from Brittany, Maine, Picardy and Flanders. In France itself (...) they were described as Normans to distinguish them from Angevins, Poitevins, Gascons and so on. Although the Normans are called a 'race' (gens) by some contemporaries (...), **their cohesion lay essentially in their beliefs about themselves** rather than in genealogy or blood relationships. (Clanchy 40; negritos nossos)

(...) until the end of the eleventh century most Normans were indifferent to whether they called themselves Norman or French, using the words *Galli* or *Franci* as synonyms for *Normanni*. But in the course of time there was a reaction against this assimilation. It is first found in William of Jumièges,³⁹ but **in general it belongs to the twelfth rather than the eleventh**, and it is obvious from the way in which writers use the terms *Franci* and *Normanni* as antonyms. In one sense this is strange, because (...) the Normans were even more French in the twelfth century than they had been in the eleventh. But **the more French they became, the more desperate they were to establish their identity**, laying more and more stress on their Danish ancestry and the heroic deeds of **Hasting** and Rollo in the days when they really had been 'different'. (Davis 54; negritos nossos)

Em função de todos estes dados, resta saber até que ponto a ligação anglo-normanda, historicamente iniciada após a batalha de Hastings (e qual, a propósito, a relação com Hasting?), não terá contribuído ela própria, de alguma maneira, para esse afastamento ou essa dissociação psico-identitário(a) dos normandos relativamente aos franceses, conduzindo gradualmente,

³⁹ Nascido c.1000, falecido em data incerta e autor da *Gesta Normannorum Ducem* (c.1070).

ao longo do séc. XII, a uma fusão **com os** ingleses⁴⁰ e, a partir da centúria seguinte, já **como** ingleses⁴¹...

As transcrições seguintes afiguram-se-nos não menos eloquentes:

This sense of Englishness (...) survived the cataclysm of 1066, even though the ruling class of Anglo-Saxon England was wiped out by the Normans. This (...) was rapidly understood by the Normans themselves. In the historical writing of the twelfth century, both by Normans and by half-Englishmen like William of Malmesbury, we find an English *res publica*, not a French or Norman state. A long French poem, '*Le stoire Des Engles*', was even compiled by Geoffrey Gaimar for his Norman patrons to help them understand their English identity. So Englishness was the creation of the Anglo-Saxons, and it was they who made England. (Wood 100)

Orderic Vitalis, the greatest of Norman historians,⁴² was born in England. His mother was English and his father a French priest in the service of a Norman lord, but at the age of ten he was sent to Normandy to become a monk of Saint-Evroul. Thereafter he had **two patriotisms**. Though he proudly called himself 'English-born' (*Angligena*) and viewed Duke William's conquest of English with bitterness, he had no doubt that he was a Norman monk and belonged to Normandy. (Davis 58; negritos nossos)

⁴⁰ "Unlike Scotland and Wales, England did not have to create a new national identity bounded by the authority of its ruler but to restore that idea from the Anglo-Saxon past. The Norman conquerors had to be absorbed and to identify with England instead of France. Generally speaking by the end of the twelfth century the Normans had been absorbed by intermarriage." (Clanchy 252) Cf. também Poole 1-2.

⁴¹ "Under the feudal convention lords with lands in England and Normandy could go back and forth between them and do their best as individuals to keep the peace. But once Norman lands were thought of as English the risk of war between 'England' and 'France' increased. The polarization of loyalty between England and France also put the English kings in a difficult position because they were the inheritors of lordships on both sides of the Channel." (Clanchy 252-253) Não é, porém, possível, como se compreenderá, abordar aqui a natureza e evolução do feudalismo anglo-normando *vis-à-vis* a suserania francesa (sécs. XI-XII), a desagregação e a perda inglesas do "império angevino" durante o reinado de John (1199-1216), o falhanço da reconquista da Normandia, tentada em Bouvines (1214), e a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

⁴² Orderic (ou Ordericus) Vitalis (c.1075-1143?), autor da *Historia Ecclesiastica* (c.1124). O monge beneditino William of Malmesbury (1090/96?-c.1143?), autor, entre outras obras, da *Gesta Regum Anglorum* (c.1125), era igualmente de ascendência anglo-normanda. Existem sempre, infelizmente e consoante as fontes, flutuações e variantes no tocante a datas de nascimento e morte de autores, de composição das obras e mesmo à própria grafagem onomástica.

Considerando todas estas observações, bem como outros depoimentos veiculados por especialistas consagrados como, por exemplo, Marjorie Chibnall (208-219),⁴³ não poderíamos concordar mais com Maria João Branco, quando, no tocante ao autor de *De Expugnatione Lyxbonensi*, faz notar: “Discute-se até hoje se se trata de um anglo-normando ou de um franco-normando. A ter em conta as múltiplas miscigenações entre as duas componentes populacionais a que a Normandia dos séculos XI a XIII foi sujeita, esta distinção faz muito pouco sentido.” (in Aires A. Nascimento, ed., 41)⁴⁴ O que não significa, como é óbvio, que essas “duas componentes populacionais”, apesar de tudo, não existam...Diríamos mesmo mais: a avaliar pelo relato em apreço, o que faz sentido, em nossa opinião, é **justamente** esse indefinido (ível?) grau de (in)distinção, sinal de alguma “hibridez” ou porosidade étnica e de processos de (re) construção ou (re) configuração identitários em devir e em curso na Inglaterra de meados do século XII. De resto, ancoradas nas movediças areias da história, seja ela colectiva ou pessoal, “(...) our identities are formed between memory and desire; between memory, with which we seek to ground ourselves in a known past, and desire, which propels us through the present into an unknown future.” (Storey 79). Como adverte José Mattoso:

(...) não é possível examinar historicamente nenhuma nacionalidade sem a conceber como um processo escalonado no tempo. Por isso, não é possível isolar um momento em que se possa surpreender a passagem do não ser para o ser: a nação não tem certidão de nascimento. (*Formação 7*)

⁴³ “By the **mid-twelfth century** the Normans in England were appropriating English history as part of their own tradition, alongside the annals and legends of their own people. Inter-marriage was taking place at all levels from the king downwards. **The two cultures became increasingly intermingled** during an age of rapid change. (...). **By the reign of Henry II [1154-1189] an Anglo-Norman culture and society had emerged** and was to survive.” (*Ibidem* 5; negritos nossos) No capítulo “Normans and English”, a mesma autora transcreve as palavras de Richard FitzNeal (ou FitzNigel), Bispo de Londres, 1189-1198, Tesoureiro de Inglaterra entre 1195 (ou 1196) e 1199 e autor do *Dialogus de Scaccario*: “(...) ‘nowadays, when English and Normans live close together and marry and give in marriage to each other, **the nations are so mixed that it can scarcely be decided** (I mean in the case of freemen) **who is of English blood and who of Norman**’ (...).” (*Apud Ibidem* 209; negritos nossos)

⁴⁴ Na já referida *Crónica do Cerco de Lisboa*, pode ler-se, após uma longa enumeração de personagens: “(...) uns franceses, outros flamengos, outros normandos, outros ingleses, ainda que seja duvidoso, em alguns casos, que assim de nação se identificassem quando perguntados, considerando que naquele tempo, e por muito tempo mais, um homem fosse ele fidalgo ou plebeu, ou não sabia de que terra era ou ainda não tinha tomado a decisão final.” (Saramago 122)

Como primeiro exemplo dos momentos de tensão, desunião ou discórdia entre os cruzados de 1147 seleccionámos o debate em torno da prestação (ou não...) de auxílio bélico a D. Afonso Henriques,⁴⁵ ficcionalmente revista e reescrita pelo protagonista da *História do Cerco de Lisboa*.⁴⁶ Segundo *De Expugnatione Lyxbonensi*, a principal voz contra tal colaboração teria sido a de William Viel, cuja nacionalidade não é indicada, mas decerto um inglês;⁴⁷ contudo, a sua posição desestabilizadora é combatida pelo discurso simultaneamente conciliatório e mobilizador de Hervey de Glanvill, que se assume, pois, como voz e consciência moral do projecto e do ideal cruzadísticos e guardião/portador de uma identidade deontológico-militar normanda (ou, quando muito, anglo-normanda), mais do que apenas (ou já...) 'inglesa':

(...) now that so great a diversity of peoples is bound with us under the law of a sworn association, (...) each of us ought to do his utmost in order that in the future no stain of disgrace shall adhere to **us who are members of the same stock and blood**. (...) For the glorious deeds of the ancients kept in memory by posterity are the marks of both affection and honor. If you show yourselves worthy emulators of the ancients, honor and glory will

⁴⁵ Aparentemente nascida de uma colaboração anterior (em 1140 ou 1142, consoante as fontes), mas que, por algum motivo, não teria corrido bem.

⁴⁶ “ (...) Raimundo Silva está a sorrir neste momento, com uma expressão que não esperaríamos dele, de pura malignidade, (...) é evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como.” (Saramago 48-49) Também João Aguiar, romancista e cronista licenciado em História, escreve o seguinte: “ (...) era eu pequenino, ensinaram-me na escola (...) que o primeiro bispo de Lisboa, fora D. Gilberto, um sacerdote inglês que viera com os cruzados. E nesta doce ilusão vivi longos anos, até que (...) li (...), a propósito de vocábulo 'Lisboa', que a cidade já tinha um bispo, moçárabe, quando foi conquistada aos Mouros e que esse bispo tinha sido morto a quando da reconquista cristã – só não fiquei a saber então que ele era um ancião de muitos anos e que lhe tinham cortado a cabeça os cristianíssimos combatentes vindos da Flandres e de Colónia; (...) Aliás, e ainda sobre o que me ensinaram na escola, a patranha foi dupla: porque não só tinha havido em Lisboa pelo menos um bispo moçárabe antes de Gilberto de Hastings, como, em épocas mais remotas, já a cidade era diocese; era-o sob o poder romano – há notícia de um bispo Potâmio, em meados do século IV – e continuou a sê-lo durante o período visigótico, pois estão catalogados, pelo menos, oito bispos entre 589 e 693. Então, eu pergunto: por que andaram a enganar-me?” (29)

⁴⁷ “Among whom William Viel, (...) and his brother Ralph and almost all the men of Southampton and Hastings (...)” (David, ed., 101 e 103).

be yours, but if unworthy, then disgraceful reproaches. Who does not know that the race of **the Normans** declines no labor in the practice of continuous valor? – **the Normans**, (...) whose military spirit, ever tempered by experience of the greatest hardships, is not quickly subverted in adversity, and in prosperity, which is beset by so many difficulties, cannot be overcome by slothful idleness; for it has learned how with activity always to frustrate the vice of idleness. (...) **we are all sons of one mother** (...) If this city should be taken by us, what will you say to that? Even though I remain silent concerning the sin of a violated association, you will become the objects of universal infamy and shame. Through fear of a glorious death you have withdrawn your support from **your associates**. The mere desire for booty yet to be acquired, you have bought at the cost of eternal dishonor. The race of **your innocent colleagues** will be held responsible for this (...) crime; and it is certainly a shame that **Normandy, the mother of our race**, must bear, and that undeservedly, in the eyes of so many peoples who are here represented the everlasting opprobrium of your outrageous action. (David, ed., 105, 107 e 109 *passim*; ne-gritos nossos)⁴⁸

Segundo R. H. C. Davis,

When the history of a people develops into the history of a land, it almost inevitably becomes teleological. The land is represented as having a destiny (...), but whether expressed or implied, the idea is fundamental to the concept of a nation. No people can be a nation unless it can project itself into timelessness by linking its history to a particular land, and it has no chance of doing that unless it believes the link to be true. (59)⁴⁹

What no nation can be without is an image or myth with which it can identify itself. This image can be provided by legend or history, religion, poetry, folklore, or what we more vaguely call 'tradition'. It need not be expressed in precise or absolute terms

⁴⁸ Algumas páginas adiante, pode ler-se: "Meanwhile **our** forces, that is, **the Normans and the English** (...)" (*Ibidem* 129); "Meanwhile two churches were built by the Franks for the burial of the dead – one on the eastern side of the city by the men of Cologne and the Flemings, (...) the other on the western side by **the English and the Normans**." (*Ibidem* 133 e 135) e "Again **the Normans and the English** and those who were with them began the erection of a movable tower eighty-three feet in height." (*Ibidem* 143) Todos os negritos são da nossa responsabilidade.

⁴⁹ Recorde-se, a este propósito, a frase "You and the land are one!", proferida por Merlin a Arthur no filme *Excalibur* (1981), de John Boorman.

(...), but if a people is to be conscious of its identity it must have such an image, (...). (*Ibidem* 49)

Nesse processo, a “narração das nações” de que nos fala Homi Bhabba (1949-) e as suas respectivas (auto-)representações através – não só, mas também – da linguagem, da língua e da literatura têm, natural e literalmente, ‘uma palavra a dizer’...⁵⁰ Ora, a julgar pelo discurso de Hervey de Glanvill, curiosamente pontilhado por ecos, sugestões ou vestígios dos *boasts* da literatura inglesa (ou anglo-saxónica...) antiga, mas também por uma voz ou pulsão hegemónica normanda, restam poucas dúvidas de que determinação, perseverança, empenhamento e entrega estrénuosa/em acções militares compõem uma imagem de extrema eficácia bélica,⁵¹ que, como documenta Davis para os séculos XI-XII (49-50), o cultivo de uma historiografia e literatura panegíricas viriam amplificar e converter numa (auto-)imagem de marca.

As diversas referências explícitas feitas por Hervey de Glanvill à Normandia e aos Normandos, povo que, num passado ainda recente (2^a metade do séc. XI), havia logrado conquistar, além da Inglaterra, a Sicília, a região sul da península itálica e Antioquia, não excluem, como vimos, alusões implícitas a um outro povo, não nomeado, mas, obviamente, muito próximo enquanto “(...) members of the same stock and blood” e “(...) all sons of one mother (...)”.⁵² No entanto, no ano da graça de Deus

⁵⁰ “Nations are not simply political formations but systems of cultural representation by which national identity is continually reproduced through discursive action. (...) The symbolic and discursive dimensions of national identity narrate and create the idea of origins, continuity and tradition. (...) National unity is constructed through the narrative of the nation by which stories, images, symbols and rituals represent ‘shared’ meanings of nationhood.” (Barker 252-253). Também para Antony Easthope, “National cultures are material in that they are produced through institutions, practices and traditions which historians and sociologists can describe. But national cultures are also reproduced through narratives and discourses about which those social sciences feel inhibited but which recent work (...) makes a matter of coherent analysis.” (12)

⁵¹ “As a foil to the decadent Anglo-Saxons, the Normans have sometimes been seen as supermen (either admirable or vicious according to taste) and this view (...) can be found in medieval sources in the Normans’ opinion of themselves: Orderic Vitalis describes them as a warlike race, who continually struggle for mastery, and in the battle speeches recorded by their chroniclers Norman leaders insist on their superiority.” (Clanchy 51-52)

⁵² “The formation of ‘ethnic groups’ relies on shared culture signifiers that have developed under specific historical, social and political contexts. They encourage a sense of belonging based, at least in part, on a common mythological ancestry. (...) Thus, what we think of as our identity is dependent on what we think we are *not*. (...) Thus, metaphors of blood, kinship and homeland are frequently implicated in the formation and maintenance of ethnic boundaries.” (Barker 249) Por sua vez, como nota Adelaide

de 1147, que nome poderíamos historicamente atribuir a esses ‘outros quase nós’, enquanto filhos da mesma mãe? Ainda anglo-saxões? Ingleses, no sentido restrito que atrás apontámos? Anglo-normandos? Ou já todos ingleses – *les uns et les autres* –, nessa acepção englobante e lata que tantas vezes estendemos, apressada e inevitavelmente, aos povos e indivíduos não ingleses das restantes nações anglófonas do Reino Unido e das Ilhas Britânicas? Com efeito, o relato de 1147 sugere que, praticamente no final do período anglo-normando (1066-1154), ‘inglês’ (e/ou identidade ‘inglesa’) não incluiria(m) ainda os seus equivalentes normandos (cf. *supra*, 12ss), ideia que, como veremos, parece ser corroborada pelas transcrições subsequentes;⁵³ contudo, num quadro de formação dialéctica de identidades e alteridades, algumas notações pronominais – pessoais e possessivas – apontam já para proto-oposições binárias entre um “nós” heterogeneamente plural, constituído por ingleses e normandos, e um “eles” estrangeiro,⁵⁴ formado por colonenses e flamengos (ou flandrenses), mas, de certo modo, unificado (pelo menos da perspectiva veiculada pelo autor do relato) através de preconceitos e estereótipos.⁵⁵

Seja como for, uma vez sanada a querela interna aberta por William Viel e retomada, já após a rendição da Lisboa mourisca, pela acção potencialmente nefasta de alguns marinheiros e de um padre de Bristol contra Hervey de Glanvill,⁵⁶ os diferendos

Meira Serras, “ (...) os feitos heróicos e os sacrificios em prol da comunidade realizados em circunstâncias de perigo, potencial ou efectivo, (...) com o passar dos anos, (...) transformam-se em memórias colectivas, um património ideológico que reforça os laços comunitários, revestindo-se de um valor comparável ao vínculo de sangue.” (20)

⁵³ H. A. R. Gibb, por exemplo, utiliza indistintamente “Anglo-Normans” (in Prestage, ed., 9, 12 e 13), “(...) in the English camp (...)” (*Ibidem* 11), “the English” (*Ibidem*), etc.

⁵⁴ “All collective identity (clan, nation, region, ethnic group) identifies self by denying the other, demarcates inside from outside, stretches a distance between ‘us’ and ‘them’. The condition for collective identification – ‘my blood, my family, my kin, my clan, my nation, my race’ – is an ever-present and potentially violent expulsion of those who are not ‘my blood, my family, my kin, my clan, my nation, my race’.” (Easthope 219-220)

⁵⁵ “Portador de uma definição essencial do Outro, o estereótipo é o enunciado de um saber colectivo que se pretende válido, seja qual for o momento histórico ou político (...). Enfim, o estereótipo levanta o problema de uma hierarquia de culturas: ele distingue o Eu do Outro e, quase sempre, valoriza o primeiro termo em detrimento do segundo.” (Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux 60).

⁵⁶ “(...) while we were in council (...), our seamen, together with other fatuous fellows of their own kind, assembled on the sand; for a conspiracy had been started (...) by a renegade priest of Bristol. (He was of the very worst morals, as we (...) learned when he was arrested among thieves.) And they began by degrees to be so excited by his humble speech that they ended in an uproar, bearing it as an indignity that so many men, and men so famous both at home and abroad, should be subject to the authority and rule of a few leaders, (...)

com (e as diferenças entre) os restantes contingentes são particularmente visíveis em dois outros momentos. Começamos por atentar na rígida (de)marcação territorial dos sectores operacionais, curiosa e aparentemente mais importante do que o sucesso das próprias acções, operações e manobras:

The Normans and the English came under arms to take up the struggle in place of their associates, supposing that an entrance would be easy now that the enemy were wounded and exhausted. But they were prevented by the leaders of the Flemings and the men of Cologne, who assailed them with insults and demanded that **we** attempt an entrance in any way it might be accomplished with **our** own engines; for they said that they had prepared the breach which now stood open for themselves, not for **us**. (David, ed., 147; negritos nossos)

Estas clivagens e rivalidades manifestam-se também nos comportamentos e nas atitudes assumidos quando da tomada dos saques, após a conquista da cidade:

The Normans and the English, for whom the vicissitudes of wars had been a heavy burden, and who were fatigued by the long siege, said that the concessions ought to be granted and upright conduct, not property or foodstuffs, preferred to the honor of taking the city. But the men of Cologne and the Flemings, in whom there is ever an innate covetousness of possessing, calling to mind the expenses of their long journey and the death of their men and that a long voyage yet lay before them, were determined that nothing could be left to the enemy. (*Ibidem* 171; negritos nossos)

(...) the gate having been opened and an opportunity of entering obtained for those who had been chosen for the purpose, the

Now this tumultuous outbreak was directed against Hervey de Glanvill, because he had delivered the hostages to the king rather than to themselves, and also because he had adjudged certain of them who had been guilty of some base offence to have no share in the riches of the city. More than four hundred of them rushed out from camp under arms and made a wide search for him, (...) while they yelled, 'Away with the wretch, let the traitor be punished.' (...)

But the hostages, having learned that our forces were involved in a controversy among themselves, retracted the words of their first entreaty and resorted to dissimulation. So far as the king and his men were concerned, they said that they were willing to respect and to perform all the commitments which they had made; but for our forces they would not for their lives do anything, since these were base, faithless, disloyal, and cruel men, who did not even recognize an obligation to spare their own lords – a turn of events which covered our men with the greatest shame." (David, ed., 167-171 *passim*)

men of Cologne and the Flemings, contriving deception by a clever argument, obtained the consent of **our** men that they should go in first for the sake of their honor. And when they had thus obtained permission and an opportunity of entering first, more than two hundred of them slipped in along with those who had been designated, (...) besides others whom they had already introduced through the breach in the wall which stood open on their side. But none of **our** forces presumed to enter, except those who had been designated. (*Ibidem* 175)

There upon the men of Cologne and the Flemings, when they saw so many temptations to greed in the city, observed not the bond of their oath or plighted faith. They rushed about hither and thither; they pillaged; they broke open doors; they tore open the innermost part of every house; they drove out the citizens and treated them with insults, against right and justice; they scattered utensils and clothing; they insulted maidens; they made wrong equal with right; they secretly snatched away all those things which ought to have been made the common property of all the forces. (...) But **the Normans and the English**, for whom good faith and scruples of conscience were matters of the highest import, remained quietly at the posts to which they had been assigned, (...) preferring to keep their hands from all rapine rather than violate their engagements and the ordinances of the oath-bound association (...). (*Ibidem* 177)

Supostamente irmanados por ideais e sentimentos de unidade cruzadísticos, dir-se-ia, adaptando, para o efeito, o famoso aforismo de George Orwell (1903-1950) em *Animal Farm* (1945), que todos os cruzados são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros... Paralelamente, é reconfortante notar o contraste existente entre a autocontenção e o sentido de *fair play* manifestados pelos cruzados de 1147 e os adoptados, em situações similares, por compatriotas seus, anteriores⁵⁷ e

⁵⁷ "(...) when a band of English pirate-crusaders stopped off in Galicia in 1112 to give their services (...) in a rebellion against the Bishop of Santiago de Compostella [sic], their kind was already well known, and they were recognized as English a great way off. All along the Iberian coast, and even inland, they pillaged and plundered, murdered and violated churches, keeping up their shocking reputation as a people 'not seasoned with the honey of piety', a reputation not new, and well sustained throughout the crusading period." (Macaulay 18) No tocante a Lisboa, Gérard Pradalié (que, curiosamente, menciona os cruzados alemães, flamengos e ingleses, omitindo os normandos) observa: "Uma pilhagem geral assinala o seu retorno ao Cristianismo." (20) Enquanto Mário Domingues condena, em termos verbalmente violentos, o contingente militar chefiado

posteriores,⁵⁸ para já não falar dos homens vindos com o Conde de Cambridge, nas vésperas da chamada “crise” de 1383-1385,⁵⁹ ou de comportamentos contemporâneos adoptados por alguns súbditos de Sua Majestade em bares, ruas e recintos desportivos⁶⁰ ou de passagem, mais ou menos temporária, por Albufeira...As próprias multiplicidade e diversidade de obras publicadas, na viragem dos sécs. XX-XXI, em torno da identidade inglesa/britânica (para alguns exemplos, cf., Bassnett 183-184) constituem indicadores relativamente recentes de debates em curso e questões em aberto.

Quase em jeito de conclusão, recuperamos aqui as palavras de Ernest Gellner:

Se lançássemos ao mar, como se fosse uma rede, a definição de nações enquanto grupos que querem persistir como comunidades, a pescaria seria demasiado abundante. Ao recolhê-la, verificaríamos que incluiria (...) as comunidades que (...) podemos reconhecer como nações efectivas e coesas: estas nações genuínas querem realmente sê-lo e a sua vida pode (...) representar uma espécie de plebiscito contínuo, informal e (...) auto-afirmativo. Contudo, esta definição (...) também se aplica a (...) outros clubes, (...), bandos, equipas e partidos, para já não falar nas numerosas comunidades e associações da era pré-industrial que não foram recrutadas e definidas de acordo com o princípio nacionalista (...)

Qualquer definição de nação em termos de cultura comum

por Hervey de Glanvill, apresentando-o como “(...) Britânicos de baixa condição, em sua maioria (...)” (195), “(...) turbamulta mercenária e tumultuosa (...)” (196) e acrescentando, em jeito de remate final, que “(...) os chefes que conduziam estas feras humanas não podiam considerar-se pessoas da melhor nobreza.” (*Ibidem*)

⁵⁸ No capítulo intitulado “Crusaders”, Rose Macaulay cita outros exemplos ocorridos já nos reinados de D. Sancho I (1185-1211) e D. Afonso II (1211-1223), mais precisamente em Alvor (1189), Silves (ainda 1189 e 1190), Lisboa (1190) e Alcácer do Sal (1217), concluindo “It is a relief not to have to record subsequent excesses on the part of our ancestors (...), whose em on this occasion to have behaved with no more impropriety than the situation warranted.” (32) Todos estes ataques são igualmente mencionados por Luís Saavedra Machado, que conclui: “Lançando um olhar retrospectivo à série de contactos que os intrépidos guerreiros setentrionais tiveram com a orla marítima peninsular, nota-se que quasi todos eles (...) se caracterizam por um cunho de extraordinária violência e audácia peculiar das irrequietas e vigorosas populações germânicas.” (24)

⁵⁹ “Esta gente dos Ingleses, (...) quando se instalaram em Lisboa, procedendo não como homens que tinham vindo para ajudar a defender a terra, mas como se tivessem sido chamados para a destruir e ocasionar todo o mal e desonra aos moradores dela, começaram a espalhar-se pela cidade e termo, matando, roubando e forçando mulheres, mostrando tal domínio e desprezo de todos que se diria que eram seus mortais inimigos e vinham para se assenhorear do Reino.” (Saraiva, ed., 135-136)

⁶⁰ Recorde-se, a este propósito, a frequente denominação ou apresentação do hooliganismo como *the English disease*...

corresponde a outra rede que produz igualmente uma pesca demasiado abundante. A história do homem é, e continua a ser, (...) dotada de diferenças culturais. Uma vez, as fronteiras (...) são bem definidas, outras, indistintas; os padrões, ora são claros e simples, ora sinuosos e complexos. Por todas as razões realçadas, habitualmente, esta riqueza de diferenças não converge (...) nem com as fronteiras das unidades políticas (as jurisdições de autoridades efectivas), nem com as fronteiras de unidades abençoadas pelos democráticos sacramentos do consentimento e da vontade.” (86-87)

Na linha das inúmeras formas de mobilidade “pré-industrial”, esta conturbada época de “identidades em movimento” (“*identities in motion*”),⁶¹ na expressão feliz de Francis Mulhern (119); de decomposição e recomposição multiculturais de Estados e nações; de novas vagas e velhos fluxos migratórios; de povos e indivíduos em incertas travessias e (in)constantes diásporas (por motivos políticos, económicos, laborais, religiosos, étnicos, humanitários...), entrevendo quiméricos oásis para lá dos desertos e do Mediterrâneo; e, finalmente, de tantos nacionalismos, fanatismos e sectarismos, mais ou menos intolerantes, fundamentalistas, radicais ou persecutórios, esta época – dizíamos – convida-nos a um repensar permanente e atento de noções, sentimentos e consciências de “identidade”, “etnicidade”, “hibridez” e “pertença”, que transcendem em muito os estudos e as análises históricos, sociológicos, geopolíticos, etc., e forçosamente implicam, em teoria e na prática, reavaliações, renegociações e redesenhos.⁶²

⁶¹ Retomando propostas de Stuart Hall, John Storey recorre ao par de homófonos *roots* e *routes* para evocar justamente a ideia de mobilidade ou movimento inerente a um conceito tão contemporaneamente plural (80ss); cf. também *supra*, n.3.

⁶² Como lembra Chris Barker, “(...) ethnic, racial and national identities are contingent and unstable cultural creations with which we identify. They are not universal or absolute existent ‘things’. However, as regulated ways of speaking about ourselves, identities are not arbitrary either; rather, they are temporarily stabilized by social practice. Indeed race, ethnicity and nationality are amongst the more enduring ‘nodal points’ of identity in modern societies.” (247)

REFERÊNCIAS DA BIBLIOGRAFIA SELECTIVA:

A – Primária:

- Anónimo. *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Edição, tradução e notas de Aires Augusto do Nascimento. Lisboa: Editorial Vega, “Obras Clássicas da Literatura Portuguesa – Literatura Medieval”, 2001.
- Anónimo. *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês que participou nos acontecimentos*. Tradução de José Augusto de Oliveira. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, n° 4, 1989.
- Anónimo. *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira. Prefácio do Engenheiro Augusto Vieira da Silva. Complemento ao volume II da “Lisboa Antiga”, de Júlio de Castilho. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936 (1935).
- Anónimo. *The Conquest of Lisbon. De Expugnatione Lyxbonensi*. Edited and translated by Charles Wendell David. With a new foreword and bibliography by Jonathan Phillips. New York: Columbia University Press, 2001 (1936).

B – Secundária/Varia:

- Aguiar, João. “As patranhas”. *Tempo Livre*, n° 159 (Abril 2005). 29.
- Azevedo, Rui de. “A Carta ou Memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, tomo VII, n° 2 (1957). 343-370; reeditado como separata em 1962.
- Barbosa, Pedro Gomes. *Conquista de Lisboa – 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História, Lda, “Batalhas de Portugal”, 2004.
- . “Mouros e cristãos no relato da conquista de Lisboa”. *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes. Lisboa: Livros Horizonte Lda, “Cidade de Lisboa”, 2007. 84-92.
- Barker, Chris. *Cultural Studies. Theory and Practice*. 3rd ed. Los Angeles/ London/New Delhi/Singapore: Sage Publications Inc., 2008 (2000).
- Bassnett, Susan, ed. *Studying British Cultures*. London and New York: Routledge, “New Accents”, 2003 (1997).
- Baubeta, Patricia Anne Odber de. “Some early English sources of Portuguese history”. *Estudos Medievais*. Porto: Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Estudos Humanísticos, 9 (1988). 201-210.
- Branco, Maria João e Mário Farelo. “Diplomatic Relations: Portugal and

- the Others”. *The Historiography of Medieval Portugal* (c. 1950-2010). Dir. José Mattoso. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, “Estudos”, 2, 2011.231-259.
- Brandão, Frei António. *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*. Edição actualizada com uma introdução de A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização Editora, “Biblioteca Histórica – Série Régia”, 1944.
- Carvalho, João Soares. *Em Volta da Magna Carta*. Mem Martins: Editorial Inquérito Lda., “Inquérito Universidade”, 1, 1993.
- Casimiro, Augusto. *Lisboa Mourisca. 1147-1947*. Vila Nova de Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas “Minerva”, 1947.
- Castro, Luiz Vieira de. *A Formação de Portugal*. S.l.: s. ed., MCMXXXVIII (1938).
- Chibnall, Marjorie. *Anglo-Norman England, 1066-1166*. Oxford: Basil Blackwell, 1987 (1986).
- Clanchy, M. T. *England and its Rulers, 1066-1272. Foreign Lordship and National Identity*. S. l.: Fontana, “The Fontana History of England”, 1983.
- Domingues, Mário. *D. Afonso Henriques*. Evocação Histórica. Lisboa: Ed. Romano Torres & C^a, 1970.
- Easthope, Antony. *Englishness and National Culture*. London and New York: Routledge, 1999.
- Faria, Luísa Leal de. “A Análise Cultural Contemporânea: Construção, Desconstrução e uma Síntese Possível”. *Anglo-Saxónica. Revista do Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, Série II, nos. 14/15 (2001). 143-163.
- Ganshof, F. L. *Que é o Feudalismo?* Trad. Jorge Borges de Macedo. 4^a ed. S. l.: Publicações Europa América, “Saber”, 76, 1976 (*Qu'est-ce que la Féodalité?* Bruxelles: L'Office de Publicité, s.d.).
- Gibb, H. A. R. “English Crusaders in Portugal”. *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Ed. Edgar Prestage. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1971.1-23 (Watford: Voss and Michael, 1935).
- Gillingham, John. *The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values*. Woodbridge: The Boydell Press, 2008.
- Henry of Huntingdon. *The History of the English People 1000-1154*. Trad. Diana Greenway. Oxford: Oxford University Press, “Oxford World's Classics”, 2002 (1996).
- Hermet, Guy. *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, “Nova História”, 29, 1996 (*Histoire des nations et du nationalisme en Europe*. S.l.: Éditions du Seuil, 1996).
- Hollister, C. Warren. *The Making of England, 55 B.C. to 1399*. 7th. ed. Lexington, Massachusetts: D. C. Heath and Company, “A History of England”, 1, 1996 (1966).
- Krus, Luís. *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

- Livermore, Harold. "The 'conquest of Lisbon' and its author". *Portuguese Studies*, 6 (1990).1-16. Publicado pela *Modern Humanities Research Association* (MHRA). Web <http://www.jstor.org/stable/41104899>. Acesso 03.12.2014.
- Loyn, H. R., ed. *The Middle Ages. A Concise Encyclopaedia*. London: Thames and Hudson Ltd., 1991 (1989).
- Macaulay, Rose. *They went to Portugal*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Penguin Travel Library", 1985 (London: Jonathan Cape, 1946).
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, col. "Signos", n° 46, 1988 (*Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, 1981)
- Machado, Luís Saavedra. *Expedições Normandas no Ocidente da Hispânia*. Separata do *Boletim do Instituto Alemão*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1931.
- Marques, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Palas Editores, I, 1974 (1972).
- Mattoso, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, col. "Reis de Portugal", 2007 (Círculo de Leitores, 2006).
- . *O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*. 2ª ed. Lisboa: IN-CM, col. "Essencial", n° 3, 1986 (1985).
- Mattoso, José, dir. *História de Portugal*, vol. 2, *A Monarquia Feudal, 1096-1480*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Mota, João Paulo. "A conquista de Lisboa aos mouros – Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados" in *A Nova Lisboa Medieval*. Coord. Luís Krus, Maria Adelaide Miranda e Miguel Alarcão. Lisboa: Edições Colibri, "Gárgula", n° 1, 2005.43-49.
- Mulhern, Francis. *Culture/Metaculture*. London and New York: Routledge, "The New Critical Idiom", 2001 (2000).
- Oliveira, Dr. José Augusto de. *O Cêrco de Lisboa em 1147*. Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos pelo ---. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1938.
- Oliveira, Pe. Miguel de. *S. Bernardo e Conquista de Lisboa*. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, tomo VI, 1955.
- Paço, Afonso do e Fausto J. A. de Figueiredo. *Os Antecedentes da Conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques*. Separata da *Revista Brotéria*. Lisboa: vol. XXXVIII, fasc. 4, Abril de 1944.
- Pimenta, Alfredo, ed. *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crônicas*. Seleção, prefácio e notas de ---. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, "Coleção de Clássicos Sá da Costa", 1948.
- Poole, Austin Lane. *From Domesday Book to Magna Carta, 1087-1216*. Oxford: Clarendon Press, "The Oxford History of England", 1951.
- Pradalié, Gérard. *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*. Trad. Maria

- Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975.
- Saraiva, António José, ed. *As Crónicas de Fernão Lopes. Crónica de El-Rei D. Pedro. Crónica de El-Rei D. Fernando. Crónica de El-Rei D. João, seleccionadas e transpostas em português moderno*. Queluz de Baixo: Portugália Editora, "Antologias Universais", s.d.
- Saramago, José. *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Editores Reunidos, Lda., 1994 (Editorial Caminho, 1989).
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, vol. I, 1979 (1977).
- Serras, Adelaide Meira. "Filipa de Lencastre - uma representação mítica nacional" in AAVV. 'And gladly wolde (s)helerne and gladly teche' -- *Homenagem a Júlia Dias Ferreira*. Lisboa: Edições Colibri/ Departamento de Estudos Anglisticos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. 19-27.
- Stephenson, Carl. "Feudalism and its Antecedents in England" in *Medieval Institutions. Selected Essays*. Ed. Bryce D. Lyon. Ithaca, New York: Cornell University Press, "Cornell Paperbacks", 1967 (1954). 234-260.
- . *Mediaeval Feudalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1952 (1942).
- Storey, John. *Inventing Popular Culture. From Folklore to Globalization*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., "Blackwell Manifestos", 2003.